

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE LOURES

MANDATO 2017-2021

3ª Sessão Extraordinária

ATA Nº 5/2018

10 de setembro de 2018

Ao décimo dia do mês de setembro de dois mil e dezoito, pelas dezanove horas, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia de Freguesia de Loures, no Palácio dos Marqueses da Praia e Monforte, convocada nos termos legais, através do Edital nº 9/2018, com a seguinte Ordem de trabalhos: -----

Período de Intervenção do Público-----

Período da Ordem do dia-----

1. Transferência de Competências para a Junta de Freguesia de Loures - Lei nº 50/2018 de 16 de agosto - não assunção das competências com efeitos a 01 de janeiro de 2019-

Antes de iniciar a sessão a Presidente da Mesa procedeu à tomada de posse dos eleitos Otilia Manuela Da Silva Ferreira Chitsa e João Pedro Silva Mendes Santos Ferreira.

A presidente da Mesa da Assembleia iniciou a sessão verificando o quórum, registando-se as seguintes presenças: -----

CDU - Coligação Democrática Unitária

- Ricardo Jorge Martins Preto
- Sérgio Manuel Pratas
- Joana Figueiredo Santana
- Maria do Carmo Simões Santos
- Helena Isabel Tavares Morais Espírito Santo dos Santos
- Otilia Manuela Da Silva Ferreira Chitsa (em substituição de Maria do Carmo Pombinho Costa Guilherme)
- Maria Luísa Marques Plácido Malhão (em substituição de Augusto do Nascimento Ferreira)

PS - Partido Socialista

- Sandra Carla Salgueiro da Cruz Jesus
- Fernando Manuel Moreira Lopes
- Jorge Manuel Firmino Baptista
- Telma Sofia Mendes Gonçalves Delgado
- Maria Elvira Teixeira Bispo Ferreira (em substituição de Emídio Manuel Marques de Almeida)
- João Pedro Silva Mendes Santos Ferreira (em substituição de Américo Rui do Ouro Argainha Almeida)

H.7.
RP

PSD - Partido Social Democrata

- Ana Paula Franco Damil
- Diogo Ferreira dos Santos
- Maria Isabel Gomes Antunes Faustino
- Luzia Carla Santos Avelar Cardoso (em substituição de Frederico José da Silva Fernandes)
- Gonçalo Jorge Aleixo Nunes

BE - Bloco de Esquerda

- António José da Silva Baião da Costa

Verificando-se a presença de dezanove eleitos, logo a existência de quórum, a Presidente da Assembleia de Freguesia, Ana Paula Franco Damil, indicou que a primeira secretária por motivos pessoais não pôde comparecer na sessão e que em sua substituição estava o segundo secretário, Ricardo Jorge Martins Preto, propondo ainda a eleita Helena Isabel Tavares Morais Espirito Santo dos Santos para completar a mesa e não havendo oposição esta ocupou a posição de segunda secretária na Mesa. -----

Foi, em seguida, aberto o "Período de Intervenção do Público" tendo-se inscrito o Sr. Pedro Valamatos que questionou qual o ponto de situação do multibanco no Pinheiro de Loures visto ser essencial para a população que mora naquela localidade e nas redondezas que têm que se descolar a Loures para terem acesso a um multibanco.-----

Para responder à questão colocada a Presidente da Mesa passou a palavra à Presidente da Junta de Freguesia que indicou que inicialmente a Junta de Freguesia de Loures assumir a proposta de instalação do multibanco, fez o concurso e tinha tudo preparado para a construção do bunker mas que entretanto reabriram as bombas de gasolina e tiveram conhecimento que o concessionário das bombas queria reabrir o multibanco. Referiu que em seguida falou com a Caixa de Crédito Agrícola e com o concessionário das bombas de gasolina e havendo interesse de ambas as partes, estes assumiram o compromisso da instalação do multibanco, sendo que a Junta de Freguesia foi sempre contactando a Caixa de Crédito Agrícola para saber do andamento do processo. Mencionou que a meio de agosto contactou novamente a entidade bancária que respondeu estar à espera do parecer e de autorização da Galp porque o concessionário não tem autonomia para dar a autorização final. Afirmou que, entretanto, esteve com o responsável do Crédito Agrícola de Loures que lhe referiu que só iriam aguardar até ao final do corrente mês, data a partir da qual, se não houver nenhuma decisão, a Junta irá tomar outra solução que passa pela decisão inicial de construção do bunker ou a possibilidade de abrir o multibanco na SFUP, mas que terá que ser analisada com a entidade bancária. Frisou ainda que a situação envolve uma série de entidades, mas que o multibanco não está esquecido e que tem sido acompanhado. -----

A Presidente da Mesa a pedido do eleito Fernando Lopes do PS passou a palavra ao mesmo para complementar as informações que Presidente da Junta havia dito, tendo este referido que teve a oportunidade de falar com o concessionário e que a Galp tem um contrato com uma outra entidade bancária havendo a permissão da Galp em se colocar lá o multibanco desde que seja do banco com quem têm o contrato e o concessionário está aberto a que se coloque o multibanco independentemente da entidade bancária. Resumiu que a questão prende-se em ser a Galp a colocar o multibanco da instituição bancária com que tem contrato ou permitir que seja a Caixa de Crédito Agrícola a colocar o multibanco e que será apenas uma questão de tempo sendo necessário ir pressionando, enunciando ser indiferente para a população a entidade bancária que terá o multibanco.-----

RP

Período da Ordem do Dia-----

Entrando no primeiro e único ponto da Ordem do Dia, “Transferência de Competências para a Junta de Freguesia de Loures - Lei nº 50/2018 de 16 de agosto - não assunção das competências com efeitos a 01 de janeiro de 2019”, a Presidente da Assembleia deu a palavra à Presidente da Junta de Freguesia para apresentação da proposta. -----

A Presidente da Junta de Freguesia referiu que a Lei nº 50/2018 foi publicada a 16 de agosto e dava um prazo explícito para as autarquias pronunciarem-se até 15 de setembro no sentido da não aceitação das competências a 1 de janeiro de 2019, que é o que está em causa na proposta. Indicou que a lei foi publicada a 16 de agosto de 2018 e querem que as autarquias se pronunciem um mês depois numa altura de férias e que, para além disso, tudo o que tenha a ver com a substância da lei, ou seja, em que quadro é que serão transferidas as competências e com que financiamento, só será enunciado através dos diplomas sectoriais que ainda não se sabe quando irão ser divulgados. Referiu deste modo que a Junta de Freguesia não está em condições de aceitar a transferência de novas competências sem conhecer tudo o que implica e o respetivo financiamento. Acrescentou que ainda que tenha sido dito que não era preciso responder pela não aceitação das competências e que iriam alargar o prazo, considera que se está inscrito em lei um prazo também deve ser por escrito e pelos órgãos próprios a comunicação de que o prazo que está estabelecido não é necessário cumprir, pretendendo assim que a Freguesia de Loures se pronuncie na data inscrita na lei. Referiu que terão até meio do ano de 2019, conforme forem divulgados os diplomas sectoriais, para os analisarem convenientemente até porque no atual momento não há nenhuma lei das finanças locais para saberem em que condições serão rececionadas as competências, sendo que o que está em causa na proposta é a não aceitação a 1 de janeiro de 2019 de novas competências para as autarquias.-----

O eleito Diogo Santos do PSD interveio para indicar que concorda que a lei foi publicada fora do tempo e num período de férias, numa altura em que a própria Assembleia da República estava de férias, e que 15 dias é um prazo muito curto para haver um debate sério e que até 2021 entrará obrigatoriamente em vigor, não havendo pressa para aceitar pois é necessário ver e analisar. Ainda assim referiu que para as freguesias as mudanças não são substanciais pois apenas haverá alterações no que concerne às lojas do cidadão, sendo, no entanto, uma situação a analisar com tempo. O eleito Gonçalo Nunes do PSD referiu que a lei é vaga e que as condições de financiamento não são indicadas, o que fará sentido visto ser uma lei-quadro e que carece de concretização por uma lei, indicou ainda que ao estar-se numa autarquia deveriam primar por mais competências para que possam agir junto da população pois é a entidade que está mais próxima da população e se há a indicação para a não assunção das competências que seja pela falta de condições que ela exista mas que seja claro que não podem ser adversos à descentralização mas sim completamente favoráveis à mesma, devendo baterem-se por mais competências.-----

A eleita Sandra de Jesus do PS questionou se a proposta que enviaram por e-mail dirigida à Sra. Presidente da Mesa no dia 5 de setembro, se foi acolhida pelo executivo, que consistia, na sequência da proposta do executivo da junta, onde se diz “propõe-se que” acrescentariam “tendo em atenção a necessidade de se proceder à avaliação e preparação da receção das competências no primeiro semestre de 2019 prazo igualmente previsto na lei”, que é o que estava na proposta que foi aprovada em reunião de câmara, referindo que é esse o motivo de terem feito a proposta de alteração pois viram que não estava igual à proposta da câmara.-----

A Presidente da Assembleia de Freguesia informou que recebeu o e-mail e que teve o cuidado de ver que também tinha sido remetido para a Presidente da Junta de Freguesia, referiu, no entanto, que a Presidente da Junta não pode alterar a proposta pois a mesma foi votada e aprovada em reunião de executivo. Informou ainda que falou com a Presidente da Junta, mas que já não havia tempo para ir a outra reunião de executivo e enviar uma nova proposta para os eleitos, por isso

pensaram em apresentar em assembleia a proposta do PS e se não houver qualquer inconveniente de nenhum dos eleitos mudar-se-ia a redação do texto. -----

O eleito António Baião do Bloco de Esquerda indicou que concorda com a proposta da Junta de Freguesia e quanto à proposta do PS se, entretanto, não sair nova legislação sectorial será difícil a Assembleia pronunciar-se sobre a assunção de competências. Assumiu que é a favor da descentralização mas a mesma não pode desresponsabilizar o Estado das funções sociais de âmbito universal como a educação, a saúde e a cultura e indica que o diploma reflete um pouco essa desresponsabilização do poder central referindo que é necessário refletir melhor em relação ao pessoal e à transferência de equipamentos e nesse sentido está completamente de acordo que seja adiado, não esquecendo que só poderão discutir novamente se existirem novas leis.-----

Não havendo oposição por parte das diversas bancadas, a proposta passou a incluir a redação proposta pelo Partido Socialista. -----

A Presidente da Junta de Freguesia referiu que a proposta permite a pronúncia perante 2019 mas se entretanto não houver mais legislação ou virem que possa comprometer o trabalho que é necessário fazer pelas populações caso as competências não venham com os meios necessários para as cumprir, ainda existe a possibilidade de até ao final de junho de 2019 tomar uma decisão de ainda não aceitar essas competências. Acrescentou que caso as negociações que certamente irão existir entre a Associação Nacional de Municípios, a ANAFRE e o Governo não permitam que a delegação de competências venha com o pacote financeiro que possibilite às autarquias cumprir com o que têm que dar resposta, existe a possibilidade de não aceitar as competências em 2020. -

A proposta do executivo da Junta, com a alteração proposta pelo PS, foi posta à votação pela Presidente da Assembleia de Freguesia tendo sido aprovada com 14 votos a favor da CDU, PS e Bloco de Esquerda e 5 abstenções do PSD, tendo sido apresentadas declarações de voto pela CDU, PSD, PS e Bloco de Esquerda, as últimas duas que se anexam à presente ata.-----

O eleito Sérgio Pratas interveio para uma declaração de voto dizendo que o PCP e a CDU são a favor da descentralização e têm-se batido ao longo das últimas décadas por uma efetiva descentralização no país, têm-no feito não só quando estão no poder nas autarquias locais, fazendo-o concretamente na delegação de competências com as freguesias, mas também na Assembleia da República apresentando várias propostas que visam o aprofundamento da descentralização e a concretização da reforma que é central e fundamental no país, no entanto diz não estarem de acordo com o processo de descentralização levado a cabo que foi pouco democrático e até um pouco trapalhão, enunciado que a descentralização apresentada deveria ir mais longe, sendo que estão a remeter para as freguesias encargos e responsabilidades sem o respetivo pacote financeiro, por essas razões e por suscitar várias questões têm muitas resistências quanto ao processo de transferência de encargos para as autarquias locais que foi apresentado. Acrescenta, no entanto, que o que estava em causa na proposta não eram questões de fundo, mas sim a possibilidade de remeterem mais para a frente a possibilidade de entrada em vigor da descentralização, matéria relativamente à qual todos os partidos estão de acordo e é completamente consensual porque em primeiro lugar a lei é uma lei-quadro e necessita de ser concretizada, tal como o eleito Gonçalo Nunes do PSD disse, não conseguindo entender como se legisla através de uma lei-quadro que fixa um prazo de pronúncia sem que antes de decorrido esse prazo todos os diplomas sectoriais, que permitem ter uma visão global do processo de transferência, estejam publicados para que as freguesias e os municípios do país consigam pronunciar-se, depois porque a lei-quadro suscita, e o Presidente da República reconheceu-o várias vezes, muitas dúvidas de aplicação e de interpretação, esperando que as leis sectoriais ajudem a ultrapassar e a resolver essas questões e em último lugar não seria possível ter novas competências delegadas pelo município a partir de janeiro do próximo ano visto o processo ser extremamente complexo e não ser possível ter o processo concluído até ao final do ano uma vez que tem que ser objeto de negociação. Terminou dizendo que foi assumido

na Assembleia da República, e foi tornado público, que a CDU é a favor da descentralização, achando no entanto que a transferência de competências apresentada é muito pouco, que não serve o país e tem uma série de inconvenientes, mas relativamente à matéria em análise não têm dúvidas quanto ao adiamento da sua entrada em vigor e que para o ano estarão novamente a discutir a matéria para decidirem se vão ou não adiar mais um ano ou se entrará logo em vigor.----

O eleito Gonçalo Nunes do PSD interveio para uma declaração de voto dizendo que o PPD/PSD na votação optou por se abster porque a lei-quadro é um cheque em branco, sendo desleal estar a discutir uma lei que ainda não foi concretizada e pedir àqueles que irão sofrer as consequências da lei que se pronunciem, acrescentando que irão aguardar pela concretização da lei-quadro para aí estarem em condições de discutir. Quanto à questão da descentralização das competências e do princípio da subsidiariedade que o Partido Socialista referiu na sua declaração de voto, indicou que estão de acordo, assumindo que o princípio da subsidiariedade é uma reivindicação europeia que ambos possuem, de forma a aumentar a proximidade das autarquias locais à população. Referiu ainda que há uma questão que se batem constantemente que são as regiões administrativas, consideradas o meio-termo entre o Estado Central e as autarquias locais, que está previsto na constituição desde o início mas que não existe, assumindo que tem que ser uma reivindicação dos eleitos nas autarquias locais, para além das competências que precisam para desenvolver a sua atividade, porque sem as regiões administrativas há sempre a dificuldade de se ter competências e o respetivo financiamento. Deste modo afirmou que têm que se bater por mais competências, têm que se bater pelas regiões administrativas e que relativamente à assunção das competências a opção responsável é a abstenção, esperando pela lei de concretização para terem condições de votar.-----

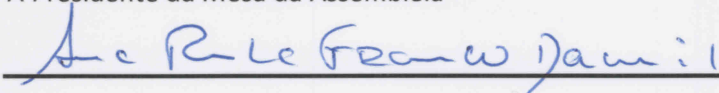
Foi depois lida a Minuta da Ata que foi aprovada por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar a Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrada a sessão, pelas dezanove horas e cinquenta minutos. -----

Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia. -----

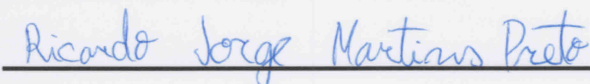
Loures, 10 de setembro de 2018

A Presidente da Mesa da Assembleia



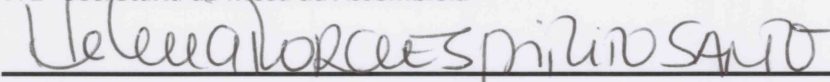
Ana Paula Franco Damil

O 1º Secretário da Mesa da Assembleia



Ricardo Jorge Martins Preto

A 2ª Secretária da Mesa da Assembleia



Helena Isabel Tavares Morais Espírito Santo dos Santos

Assembleia de Freguesia de Loures

Declaração de voto do Bloco de Esquerda

Pela não transferência das novas competências previstas na Lei n.º 50/2018 já para o ano de 2019

Considerando que:

- a) Foi recentemente publicada a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto que estabelece o quadro de transferências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais das competências que se encontram na administração direta e indireta do Estado;
- a) De acordo com o artigo 4.º da referida lei, esta transferência de competências e afetação de recursos será concretizada através de diplomas sectoriais relativos às diversas áreas. A mesma será feita em 2019 admitindo-se, porém, que até 15 de setembro de 2018, as autarquias e entidades intermunicipais que não pretendam já a transferência no próximo ano destas competências para a autarquia local, comuniquem esse facto à DGAL, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos nesse sentido;
- b) Os respetivos diplomas sectoriais não foram até à presente data publicados;
- c) Esta descentralização viola o princípio constitucional da subsidiariedade agravando as assimetrias regionais, uma vez que a municipalização de competências nestas matérias não pode comprometer a universalidade e igualdade no acesso às prestações inerentes às mesmas, procurando evitar que tal acesso seja posto em causa face a uma diferenciação resultante de diversas opções locais no exercício de tais competências;
- d) Este diploma promove uma total desresponsabilização do Estado em funções sociais de âmbito universal como a Educação, Saúde e Cultura;
- e) Por outro lado, a transferência de pessoal e equipamentos, para mais se acompanhado de um financiamento insuficiente onerará os órgãos dos municípios com um esforço financeiro significativo, desconhecendo-se ainda os moldes exatos da transferência de receitas para que as Autarquias possam assegurar estas novas competências
- f) Existe ainda a possibilidade de as autarquias se justificarem com meios humanos insuficientes e recursos técnicos para assegurar estas novas competências para concessionarem serviços a entidades privadas ou empresas municipalizadas que, por falta de fiscalização, poderão promover a degradação do serviço prestado e o seu acesso e fruição pelo comum cidadão;

- g) Nos termos e para os efeitos do artigo 44.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto, esta lei só produz efeitos após a aprovação dos respetivos diplomas legais de âmbito sectorial, pelo que estes devem ser concretizados de forma a permitir a aplicabilidade e eficácia do previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei;
- h) Tratando-se de uma Lei que já entrou em vigor e é válida, apesar da ineficácia dos seus artigos, deverá ser votada a deliberação que prevê a transferência de competências, ainda que o seja por mera cautela e por desconhecimento da data de publicação dos referidos diplomas parcelares.

Assim, o Bloco de Esquerda, na Assembleia de Freguesia de Loures, reunida a 10 de Setembro de 2018, votou favoravelmente ao adiamento da transferência de competências para esta Freguesia já no próximo ano de 2019.

Loures, 10 de Setembro de 2018

O eleito pelo Bloco de Esquerda na Assembleia de Freguesia de Loures

António José da Silva Baião da Costa

